



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Reunião Ordinária Deliberativa / Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2146/13	DATA: 04/12/2013	
LOCAL: Plenário 08 das Comissões	INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 16h40min	PÁGINAS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LEONARDO SAKAMOTO - Jornalista e Presidente da ONG Repórter Brasil.
IRACEMA SANTOS DO NASCIMENTO - Coordenadora Executiva da Campanha Nacional pelo
Direito à Educação.

SUMÁRIO

Apreciação de itens constantes da pauta. Exposição sobre combate ao trabalho infantil no
Brasil e desafios para sua erradicação.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Declaro aberta a 8^a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dar outras providências.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 7^a Reunião.

Pergunto aos Sr. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Peço a dispensa, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Nilmário Miranda. Não havendo nenhuma providência nesse sentido, eu gostaria de antes de iniciar...

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que são favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Nós vamos apenas inverter a pauta aqui rapidamente, antes da audiência pública com os palestrantes, que já se encontram aqui neste recinto. Com relação aos requerimentos que nós temos aqui na mesa, são dois requerimentos do Deputado Nilmário Miranda.

O primeiro requerimento do Deputado Nilmário Miranda requer realização de audiência pública, no âmbito da Comissão, com representantes da Confederação Nacional da Indústria — CNI e da Confederação Nacional da Agricultura — CNA.

Em votação o primeiro requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 35/13, também do Deputado Nilmário Miranda, que requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão com a Exma. Ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Sra. Helena Chaves, e com representantes da Empresa Brasil de Comunicação — EBC e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa.)



Aprovado.

Aprovados os dois requerimentos, nós solicitamos aqui aos que compõem a secretaria desta Comissão que tomem as devidas providências. Nós agora vamos realizar a nossa audiência pública. Queremos convidar o primeiro palestrante o Sr. Leonardo Sakamoto, Presidente da ONG Repórter Brasil.

Com a palavra o Dr. Leonardo Sakamoto. Ao mesmo tempo, convido a Dra. Iracema Santos do Nascimento, Coordenadora Executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para compor aqui a nossa Mesa.

O Dr. Leonardo Sakamoto é um profundo convededor deste tema, e nós queremos de antemão agradecer tanto a ele como à Dra. Iracema Santos do Nascimento a presença de ambos aqui na nossa Comissão. Não sei quanto tempo o senhor acha que vai utilizar. Eu sei que o senhor tem um problema de retorno.

Está com a palavra o Dr. Leonardo Sakamoto.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar os presentes e as presentes, na pessoa da Deputada Sandra Rosado, e agradecer pelo convite para estar conversando um pouco com vocês hoje a respeito do trabalho infantil e da permanência do trabalho infantil no País, para ser mais exato.

A nossa organização atua no monitoramento da situação do trabalho infantil, do trabalho escravo e de outras formas de exploração do trabalho do ser humano, há 12 anos. E a gente tem — digamos — recolhido um material extenso a respeito do tema e colaborado tanto com iniciativas do poder público — sejam elas do Legislativo, do Judiciário ou do Executivo —, como também com iniciativas dos movimentos sociais, organizações sociais e empresas, no sentido de combater esse tipo de exploração.

Eu vou tentar centrar minha fala numa forma específica do trabalho infantil, que são as piores formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Exatamente porque, em tese, o Brasil havia se comprometido a erradicar essa forma de exploração, nos próximos 3 anos, e, infelizmente — já dá para dizer logo de cara —, isso não vai acontecer. A gente não vai erradicar as piores formas de exploração laboral de crianças e adolescentes, nos próximos 3 anos, infelizmente.



Quando eu digo piores formas, eu estou falando daquelas que, *grosso modo*, mexem não apenas com a dignidade das crianças e dos adolescentes, mas também interferem no seu desenvolvimento social, no seu desenvolvimento físico e também impede o desenvolvimento da potencialidade dessas pessoas.

Saiu a nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Eu não vou entrar na discussão específica da recente PNAD. Agora, de qualquer forma, comparando o censo, comparando as PNADs anteriores e comparando essa PNAD também, faz-se... Bem, por mais que esteja ocorrendo diminuição numérica na quantidade de pessoas sobre esse tipo de exploração, um, o ritmo de redução ainda é muito pequeno; dois, em algumas regiões do País, inclusive, há até crescimento, como ocorreu na Região Centro-Oeste, diretamente relacionado, é uma região em que a agropecuária é pujante. Eu não estou apenas responsabilizando a agropecuária, mas ocorreram, em alguns setores e em algumas faixas etárias inclusive, crescimento e recrudescimento dessa forma de exploração.

Quando eu falo de piores formas, eu vou delimitar algumas que acredito que sejam os principais desafios do País, que é o trabalho escravo — desculpa, trabalho escravo, desculpa, estou falando de trabalho escravo todo dia, eu acabo soltando “escravo” de vez em quando —; o trabalho infantil doméstico; o trabalho infantil rural; o trabalho infantil urbano ilícito e informal, informal principalmente do comércio informal, dos ambulantes, e o ilícito, principalmente as crianças e adolescentes envolvidas no tráfico de drogas; e é claro, a exploração sexual, comercial de crianças e adolescentes.

É claro que, falando de uma maneira geral, um dos principais problemas hoje, no nosso ponto de vista, é a falta de articulação entre as diversas políticas de prevenção e eliminação do trabalho infantil existentes no País.

A erradicação efetiva demanda mais diálogo entre as esferas municipais, estaduais e federais. E isso não necessariamente está acontecendo. O próprio Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, que foi fundamental e ainda pode exercer um papel fundamental no combate à exploração do trabalho de crianças e adolescentes no País, infelizmente, também passa por um momento de desafio.



Os debates principais giram em torno do controle eficaz da frequência escolar, da presença das atividades no contraturno das aulas, ou seja, no outro turno das aulas, e, também, da própria manutenção dessas pessoas para o não retorno ao trabalho infantil, porque não adianta nada atingir uma determinada idade e esse pessoal inteiro retornar ao trabalho infantil, como aconteceu no Rio Grande do Norte, Deputada — e acho que a senhora está alerta para isso —, na região lá de Equador, o pessoal que explora caulim. A gente visitou, tem histórias de... Às vezes, você vai visitar o cemitério local, o pessoal tem, os mortos têm 15, 16 anos.

Às vezes é o momento em que ele não está mais protegido pelo PETI. Então, eles acabam voltando para a exploração mineral de caulim, exploração de caulim essa que, depois, entra na cadeia produtiva de chinelo, que a gente usa no dia a dia. O intermediário lá, às vezes, é tão miserável quanto os próprios trabalhadores. Ou seja, é uma discussão maior, é uma discussão que, inclusive, vou tocar aqui, vou tentar ser breve, mas vou tocar aqui.

Não adianta também a gente pegar, na região rural, e simplesmente responsabilizar os pais e a família pelo que está acontecendo, porque o que a gente tem encontrado é que a pura responsabilização dessas famílias apenas desestrutura a vida rural, o quotidiano rural dessas comunidades, criando mais êxodo rural e sem necessariamente resolver o problema, porque uma criança que trabalhava no campo, se ela é movida para a cidade com a família, ela vai trabalhar de forma irregular numa feira livre ou em outros lugares.

De outro ponto a gente também precisa, só para fazer essa introdução, o que eu acho relevante. No Brasil, a gente precisa também atuar de uma forma mais firme com relação aos argumentos favoráveis à atividade laboral de crianças e adolescentes. Traduzindo para o português, há o discurso fácil de que o trabalho das crianças liberta as crianças, no caso, que dessa forma nós conseguimos mantê-las longe do crime ou dignificá-las.

Infelizmente, esse discurso de que o trabalho dignifica o homem, imposto para crianças, tem, na verdade, justificado diversos horrores no sistema produtivo brasileiro. O problema é que essa justificativa, muito utilizada inclusive pela classe média alta e a classe alta das grandes cidades, serve como controle da população mais pobre, porque as classes mais altas não acreditam que o trabalho vai dignificar



os seus próprios filhos, a bem da verdade. Bem pelo contrário, nas classes mais altas, há uma tendência de manutenção dessas crianças, depois jovens, apenas estudando até os seus 24, 25 anos.

Enquanto isso, discute-se a redução da idade mínima para se iniciar a trabalhar. Há projetos, inclusive nesta Casa, que discutem essa redução, que, a nosso ver, é *inconstitucional*, deveria, pelo menos, ser tratada como *inconstitucional*. Ou seja, muitos especialistas têm alertado para as consequências dessa cultura que ignora os efeitos nocivos e a perpetuação da pobreza no trabalho infantil.

Outro problema que a gente tem encontrado, para erradicação dessas piores formas de trabalho infantil, é que as justiças estaduais ainda concedem as famosas autorizações prévias para que menores de 16 anos entrem no mercado de trabalho em qualquer função, os menores de 16 anos em qualquer função que não seja de aprendizagem. Em 2011, foram mais de 3 mil casos nessa situação. E o problema é que você teve autorização para adolescentes e crianças trabalharem em lixões, em pavimentação de ruas e em fábrica de fertilizante.

Infelizmente, há a justificativa “*mas sem isso é impossível a família se sustentar*”. Na verdade, aí, sim, você está jogando para as costas de uma família que, na verdade, está em situação de extrema vulnerabilidade, está jogando para as costas dessa família toda a responsabilidade pelo ocorrido, esquecendo-se de que há um processo econômico que levou àquela situação.

Eu acho que vale a pena também citar um dado que nem sempre se discute. De acordo com algumas estimativas, de acordo com alguns cálculos, cerca de 40% de crianças e adolescentes que trabalham não estão abaixo da linha da pobreza, como era de se imaginar — 40% não estão abaixo da linha da pobreza. São ricos? Não, não estou falando isso, estou falando que não estão abaixo da linha pobreza.

Então, há um elemento que não é só questão da fuga, da fome, da necessidade, que vai levar necessariamente essas crianças ao trabalho. Isso é muito interessante.

Querendo ou não, e aí a gente tem que levar isso bastante em consideração também, nós temos que reconhecer que houve um crescimento fundamental na economia do País, houve uma inclusão social de milhões, pessoas estão comendo o que antes não comiam. Isso aí tem que ser reconhecido e incentivado.



Mas o fato também é que boa parte da inclusão social que ocorreu nos últimos anos ocorreu pelo consumo e não necessariamente pela garantia de direitos fundamentais. Você não garantiu o acesso à cultura, ao lazer, ao esporte, à educação, à saúde, garantindo dignidade. Bem pelo contrário, você garantiu acesso à televisão, à máquina de lavar, ao radinho, ao tênis de marca, ao jeans de marca, à jaqueta, ao boné. E o que acontece é que, para muitos desses jovens, ser cidadão é possuir esses elementos, esses objetos de desejo que transferem a eles características de cidadão. Por quê? Porque são usados por aqueles outros jovens da classe média alta e classe alta, que são cidadãos.

Então o que acontece é o seguinte: há uma transferência forte nesse processo. Quando a gente faz o combate ao trabalho infantil, a gente se lembra só do pessoal que está realmente necessitado. Mas tem um pessoal de classe média baixa, ou classe média média, classe média alta, muitas vezes, que acaba também indo trabalhar em busca de comprar esses objetos de consumo que os inclua de forma cidadã. Nesse sentido falta criatividade, bastante criatividade para as políticas públicas chegarem a esses elementos.

Da mesma forma, também não vou tratar aqui, mas temos problemas — e esses também são problemas que inclusive estão sendo discutidos nesta Casa também — como o trabalho infantil artístico, que tem uma característica, quando é o trabalho amador e tem uma outra característica comercial, literalmente em comerciais de tevê, e o trabalho infantil em esportes.

Nós temos exemplos de peneira num time de futebol do Rio de Janeiro em que um jovem morreu porque estava sem comer, sem beber água, sem nada e acabou falecendo. E a exploração e o comércio de crianças para os jogos de futebol, com contratos assinados desde uma idade que eles não poderiam nem trabalhar, também é algo que precisa ser visto. É que infelizmente o trabalho infantil artístico e o trabalho infantil esportivo, no Brasil, são vistos como formas de ascensão social, então, na verdade são aceitos, são tolerados e, às vezes, até incentivados.

Quantas vezes vocês já não ouviram uma mãe que levou seu filho bebê, ainda muito jovem, para fazer um teste, ou a menina que na verdade com 3 ou 4 anos de idade já está paranoica por emagrecer ou pensando nas curvas dela, porque está participando de concurso de *miss* visando ao trabalho de modelo? Isso



também precisa ser encarado e não necessariamente está vinculado com pobreza nem com fuga de pobreza.

Passando rapidamente pelos outros pontos, os pontos que citei com relação a essas formas de exploração, o trabalho infantil doméstico acabou sendo evidenciado com mais força no Brasil no último ano com toda a discussão sobre a proposta de emenda constitucional, aprovada aqui no Congresso Nacional, que equiparava os direitos das empregadas trabalhadoras domésticas ao restante dos trabalhadores. Surgiu também o fato de que você tem mais de 250 mil brasileiros entre 10 e 17 anos, para números de 2011, que trabalhavam em situação de emprego doméstico na casa de terceiros — estou trabalhando com dados de terceiros —, sendo que a atividade só é permitida a partir dos 18. A OIT estima que 94% das crianças e adolescentes trabalhando em casa de família são do sexo feminino, o que inclusive atrapalha, de forma muito forte, o crescimento e o desenvolvimento escolar dessas crianças.

Uma coisa interessante é que em 2012, no Brasil, houve apenas 9 fiscalizações para o trabalho infantil doméstico em todo o País, de um total de 7.225 ações em outros temas. Uma das explicações, é claro, todos nós sabemos, é o princípio da inviolabilidade do lar, o que dificulta os fiscais do trabalho entrarem nas residências sem mandado judicial. Inclusive o Brasil nesse ponto escolhe que o Conselho Tutelar acaba podendo entrar, mas o Conselho Tutelar não faz uma discussão com profundidade da relação trabalhista que lá havia. E havia uma relação trabalhista de exploração, e, sim, coisa que aconteceria se entrasse o Ministério do Trabalho e Emprego, mas isso também demandaria mudanças legislativas para como garantir a inviolabilidade do lar, mas ao mesmo tempo garantir que uma questão de trabalho infantil, uma denúncia severa de trabalho infantil seja fiscalizada. Essa é uma coisa que a gente vai precisar discutir em determinado momento.

No trabalho infantil urbano, cada vez mais está diminuindo a idade das crianças que estão diretamente relacionadas com... arregimentadas para o tráfico de drogas. No início dos anos 90, na cidade do Rio de Janeiro, a média era entre 15 e 16 anos, e agora, 10 anos depois, caiu para 12, 13 anos. Está-se reduzindo essa participação, mas também há um erro muito grande na implementação de políticas



que combatam essa arregimentação ao acharem que a criança, quando procura o tráfico, está procurando a fuga da pobreza simplesmente. Não, ela está procurando reconhecimento social, está procurando identidade, está procurando respeito, porque, na prática, o Estado, o poder público, a polícia sistematicamente não garantiram esse reconhecimento, essa dignidade, esse respeito a eles, então, eles vão procurar isso no tráfico, e vão procurar no tráfico inclusive o poder de compra para obter aqueles elementos simbólicos — boné, jaqueta, tênis — que lhes garantirão o respeito da comunidade, o respeito dos seus pares.

Então, na verdade, discute-se levar escola, levar saúde, mas não é só isso, é preciso fazer um trabalho de fundo. E é muito relevante o trabalho de algumas organizações sociais sérias que fazem um trabalho de fundo com esses jovens no sentido de fortalecer questões de identidade. E, aí, entra o Estado para garantir que haja um futuro efetivamente para eles, que eles possam ter a formação que eles desejam e possam construir sua própria saída.

Uma das coisas que mais se discutem quando se fala da questão do trabalho infantil urbano ilícito, quer dizer, em atividades ilícitas, é a questão do combate... Conversávamos há pouco, aqui na bancada, com o Deputado Nilmário também, a questão da redução da maioridade penal. Infelizmente, 93% da população brasileira estão errados, 93% da população brasileira querem a redução da maioridade penal, 93% da população brasileira estão errados, desculpem-me — e, nesse ponto, dou graças a Deus por não sermos governados por plebiscito, porque, caso contrário, iria ser aprovada a redução de maioridade penal, entre outros...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Com certeza.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO - Exatamente. Se for ao plenário, é aprovado.

Essa seria uma saída fácil e inútil, porque cada vez mais o que se está provando é que reduziu para 12, 13. A próxima será o quê? Para 9 e 10? E vai se reduzir até que se vá buscar a criançada na maternidade para colocar bracelete de identificação eletrônica nela?

Quando se fala em combate ao trabalho infantil urbano ilícito, a solução tem sido exatamente atingir ainda mais a vítima, com a questão da redução,



infelizmente. É só uma preocupação que tenho, porque a redução, se aprovada, não afetará em nada a questão do trabalho infantil urbano.

Coleta e seleção de lixo, comércio ambulante, serviço em feira livre — apesar de serem tolerados pela sociedade, também só podem ser praticados a partir de 18 anos. Mas há saídas interessantíssimas, e agora vou dizer uma coisa boa: houve um termo de ajustamento de conduta do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte com a Prefeitura de Caicó proibindo o acesso das crianças e adolescentes da cidade ao lixão. É claro que não basta só proibir, tem que proibir e tem que fazer um trabalho com essa população. Mas também simplesmente fazer de conta que isso não existe ou, pelo contrário, deificar a vida em lixão em novela das oito, como o Brasil faz, não dá. Isso, bem ao contrário, depõe mais contra do que colabora com a solução.

A questão do trabalho infantil rural é talvez um dos espinhos mais complicados para se trabalhar em toda essa temática. Havia quase meio milhão de pessoas entre 5 e 13 anos trabalhando em atividades agrícolas extrativistas, em 2011 — não peguei os números de 2013. Ou seja, é mais da metade, mais de 60% da população nessa faixa etária — estou trabalhando com números da PNAD de 2011. É claro que hoje o combate ao trabalho infantil no campo é especificamente dirigido à agricultura familiar, mas existem alguns projetos — já disse isso antes e retorno — que acabam responsabilizando inadvertidamente as famílias dessas crianças, como se toda a responsabilidade fosse delas, muitas vezes tirando essa criança de lá, obrigando a família a tirar as crianças do ambiente agrícola, e a questão é que isso não necessariamente vai resolver o problema. Bem pelo contrário: boa parte das famílias que muitas vezes acabam empregando crianças empregam famílias de integrados no sul do Brasil — aquele pessoal que fornece frango, porco e galinha para a indústria —, e elas acabam jogando a criança lá dentro, porque o valor pago pela indústria é ridicularmente pequeno, e acaba sendo quase que “necessário” — entre aspas — colocar a criança, para gerar renda suficiente e garantir a sobrevivência do núcleo familiar. Isso acontece com o fumo, ainda acontece com o fumo, o que é pior ainda, porque a criança fica doente em contato com as folhas de fumo.



Há um trabalho que está sendo feito, mas que tem que ser ampliado junto às empresas, com relação ao pagamento desses integrados, sim. Não é só o Governo distribuir renda; é também aumentar o pagamento dessas famílias, para também garantir que essas crianças não precisem ficar nessas condições.

Os avanços representados pelas políticas de transferência de renda no campo se contrapõem às lacunas das políticas de educação no campo e também em zona de florestas.

Quero saudar o Deputado Amauri Teixeira, que acaba de entrar.

Especial dificuldade enfrentam crianças indígenas, ribeirinhas e extrativistas, que não têm uma educação voltada para a realidade deles. Poucas escolas, ensino descontextualizado, falta de atividade de contraturnos e o frágil engajamento de gestores de educação na pauta do trabalho infantil nessas escolas. A criançada não encontra uma escola preparada para ela e acaba indo procurar no mercado de trabalho a realidade que ela não encontra na formação.

Caminhando para o fim, a exploração sexual de crianças e adolescentes esbarra também em algumas coisas complexas.

Vejam que, quando falamos das piores formas de exploração de crianças e adolescentes para o trabalho infantil, não falamos simplesmente de colocar fiscalização. Fiscalização é importante, mas há elementos ligados à educação: fortalecer a educação, fortalecer a educação regional, atuar na mudança de significado na conscientização da população, no trabalho junto à cadeia de valor de grandes empresas, que acabam explorando esse processo. Existem outros processos, porque simplesmente é abatido o resgate, que continua sendo importante, mas agora encontramos outros processos relevantes.

Por exemplo, o fator cultural na exploração sexual de crianças e adolescentes é fundamental. O fator cultural é fundamental. Não dá para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes sem combater machismo, racismo, homofobia e preconceitos que impedem o atendimento a vítimas. Não dá para combatê-la, se se continua considerando normal o relacionamento sexual com crianças de 10 ou 11 anos, como acontece.

Ao mesmo tempo, é de se reconhecer que aumentou a fiscalização do poder público; aumentou, inclusive, a fiscalização via Polícia Rodoviária Federal nesse



processo, o que é fundamental, mas também há outros elementos que dificultam o combate.

O Brasil está crescendo economicamente. Por mais que tenhamos tido um PIB meio ruim, no geral estamos crescendo: o número de canteiros de obras na região rural e urbana mostra isso. O problema é que as grandes obras de engenharia no Brasil não são feitas com o devido cuidado, nem com o devido planejamento, nem obedecendo aos Estudo de Impacto Ambiental e ao Relatório de Impacto Ambiental, o EIA/RIMA. Eu digo isso porque boa parte das grandes obras de engenharia no País hoje são elementos de fomento de exploração sexual de crianças e adolescentes. “Ah, não. Não é!” Vamos lembrar que houve, recentemente, a libertação de escravas sexuais em um bordel que atendia a trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, entre elas uma adolescente. Elas foram escravizadas no Sul do Brasil, levadas para o Norte e exploradas sexualmente. Houve previsão de problemas sexuais com DSTs, entre outras coisas envolvidas, inclusive entre crianças estavam previstos, só que não houve um trabalho. Houve um trabalho forte para a implantação dos canteiros, mas não houve um trabalho forte para a garantia de um colchão de resguardo com relação a essa situação, de fiscalização ou de qualquer outra coisa que pudesse impedir essa situação.

Eu não vou me alongar muito mais, só quero reiterar que há excelentes alternativas que estão postas: além desse termo de ajustamento de conduta, há acordos e outras ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho ou pelo Ministério Público Federal que visam à redução da exploração do trabalho infantil. Existem ótimos resultados obtidos, inclusive com a utilização de dados do Sistema Único de Saúde, porque, devido a um acordo com o Ministério Público do Trabalho, o SUS pode repassar informações de atendimentos de crianças relacionados a doenças do trabalho. E isso, claro, é utilizado no combate ao trabalho infantil: se, de repente, algum posto de saúde está recebendo muitos atendimentos de crianças e adolescentes relacionados a LER/DORT, por exemplo, isso significa que está acontecendo algum problema naquela região.

Então, há ferramentas, e é interessante como o número de ferramentas é muito grande. E quero reforçar neste final que, apesar de termos ferramentas de



cooperação com o SUS e de termos outros processos — o Brasil tem ajudado muito países como Bolívia e Timor-Leste, entre outros —, falta... Não estou acusando o Ministério de Desenvolvimento Social, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Direitos Humanos, ninguém. Não, não é isso. Mas falta uma articulação nacional mais firme para reforçar os esforços, que são fragmentados, e, muitas vezes, se sobrepõem: com o dinheiro que está sendo utilizado, daria para economizar esforços e recursos humanos.

Sra. Presidenta, Sra. Relatora, eu vou depois mandar para cá uma cópia deste relatório, que lançamos em maio, na Frente Parlamentar de Direitos Humanos, aqui nesta Casa, com os dados relativos às piores formas de trabalho infantil e de exploração de crianças e adolescentes. Eu o encaminharei no formato PDF para que possa ser distribuído a toda a Comissão.

Novamente eu agradeço e me coloco à disposição para alguma dúvida que possa existir. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada ao Dr. Leonardo Sakamoto. Quero parabenizá-lo por suas colocações. Aliás, eu quero confessar ao senhor que conheci o seu trabalho, numa madrugada sem sono, numa entrevista que estava sendo reprisada. Achei bastante interessante esse trabalho que a ONG que o senhor representa realiza em favor das nossas crianças.

Passo a palavra à Relatora, Deputado Luciana Santos.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Bem, eu só quero registrar nossa satisfação em receber as contribuições do Sr. Leonardo e da Sra. Iracema, que vai falar já, já, porque, além dos debates que já vimos acumulando, a cada momento chega um olhar, uma visão que agrega muito à nossa compreensão da realidade, do diagnóstico e das situações possíveis de serem objeto desta CPI.

O Sr. Sakamoto dá ênfase à necessidade de termos um olhar transversal sobre essa questão, que, afinal, ela não pode ser vista como algo isolado. É preciso um conjunto de medidas para fazer o enfrentamento dessa questão, que, na verdade, já é uma consequência prática do trabalho infantil, é uma consequência de um conjunto de situações socioeconômicas, do subjetivo da população, porque, neste mundo do mercado do consumo, o padrão de felicidade acaba exigindo um tipo de comportamento que é também componente importante desse total



desvirtuamento de perspectiva, e não só entre as crianças e as famílias, formando o caldo de cultura que determina indicadores tão estarrecedores.

Eu acho que o Sr. Sakamoto levantou uma coisa que, pelo menos eu, com meu radar, ainda não tinha visitado: a questão do tráfico. É claro que esta CPI terá que se entrelaçar com um monte de outras situações que já são objeto de análise da própria Casa, como é o tráfico de pessoas. Eu acho que em algum momento, Sra. Presidenta, nós teremos que cruzar informações para tornar esse relatório mais rico, e, ao mesmo tempo, mais objetivo no que diz respeito aos seus objetivos. Por isso eu acho que ele levanta a questão do tráfico, que, até agora, pelo menos por meu radar não tinha sido visitada. É preciso que tenhamos também desde já esse olhar.

O restante das questões que ele levantou se relacionam às piores formas de trabalho infantil, aí incluídos o trabalho doméstico e o trabalho na agricultura, além da preocupação com a meta. Essas são coisas que, mal ou bem, vimos sistematizando aqui. Mas ele levanta esse outro fator, que em algum momento nós teremos que entrelaçar para tornar mais eficaz nossa ação.

Eu fui Prefeita da minha cidade por 8 anos, e umas das questões por que mais lutamos foi a de poder dar tratamento adequado ao nosso lixão — na época em que eu assumi a Prefeitura, era lixão; depois, nós o transformamos em aterro sanitário. Hoje, ele já terminou a sua vida útil, e nós destinamos para outra cidade em que já há uma usina, com outras características, porque ela tinha partido do zero. Eu herdado o lixão. Mas nós conseguimos, com o Ministério Público, um termo de ajuste de conduta, e conseguimos tirar as crianças de lá. E não só as tiramos de lá como fizemos os investimentos necessários para fechar o ciclo e criar condições para que as crianças não voltassem para lá: organizamos os catadores de lixo e a área de triagem, transformamos o lixão em aterro sanitário, tratamos o gás, enfim, tomamos uma série de medidas que criaram as condições para que retirássemos as crianças do lixão.

Eu acho que um caminho de política pública que é necessário, e isso de alguma maneira está dito, é a questão do controle social. Do mesmo jeito que nós temos o Comitê de Combate à Mortalidade Materna, que nós temos nos Municípios comitês que criamos quando há vontade política dos gestores, nós precisamos impulsionar os Municípios, porque, sem a capilaridade das gestões municipais,



qualquer política pública neste País vira apenas uma teoria. As pessoas não moram no Estado nem moram na Nação: nós somos brasileiros, somos de vários Estados do Brasil, mas é nas cidades que as pessoas moram, e há a necessidade de haver capilaridade através das gestões municipais.

Então, eu acho que esse é um caminho, um rumo que nós podemos tomar aqui, como consequência da própria CPI, como indicador, de nós nos sustentarmos muito na gestão municipal com controle social, para podermos criar comitês de entidades de toda natureza que possam garantir o monitoramento — claro que a partir do apoio de uma assessoria técnica, da PNAD, de um sistema de informações no Município que propicie que esse controle social seja exercido de maneira eficaz. Então, já a título de contribuição para uma perspectiva, aponto esse caminho como *modus operandi* do enfrentamento dessa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Deputada Luciana Santos.

Eu gostaria de saber do Deputado Nilmário se gostaria de tecer algum comentário.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Pergunto ao Sr. Sakamoto se vai ter de sair antes de a Sra. Iracema falar.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO - Infelizmente, eu vou ter que voltar para São Paulo.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Na audiência anterior, a Isa falou que o que mais a preocupava é que houve uma redução sistemática do trabalho infantil ao longo dos anos e, de uns 6 anos para cá, uma certa estagnação nessa redução.

Segundo ela, quando se unificou o Bolsa Família com toda a rede de proteção e o cadastro único, desarticulou-se a coisa que estava funcionando, e a que veio no lugar não teve o mesmo efeito. O Bolsa Família e outros instrumentos ligados à rede de proteção conseguiram resultados notáveis em várias áreas, menos no trabalho infantil. Ela vinculou que não havia condicionalidade no Bolsa Família e, portanto, ele acabou tendo um efeito enorme na redução de mortalidade materna e infantil, na nutrição, na economia local, enfim, vários itens positivos, mas não no trabalho infantil.



O senhor falou na falta de articulação entre MDS, MTE e SDH. Não sei se também os senhor concorda com que houve estagnação. Segundo a Isa, estagnação no quadro de desigualdade, no Brasil, é retrocesso. Deixar de cair seria um retrocesso em si mesmo. Eu queria o seu comentário sobre isso.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO - Deputado, pode parecer que agora incorporo o jornalista que diz “depende”, mas eu acho que encontramos um problema.

Existe a chamada teoria do núcleo duro. Núcleo duro do combate ao trabalho infantil são as suas piores formas. Elas não demandam apenas fiscalização, mas também outras ações, como evolução na educação e melhor distribuição de renda. Enfim, é quando se chega ao caroço do abacate, que é difícil de roer. E, infelizmente, muitos gestores públicos usam essa justificativa do núcleo duro, do caroço difícil de roer. Mas, na verdade, ele não é difícil de roer: ele demanda apenas um trabalho articulado para que se possa rachar o coco, literalmente.

Primeiramente, quando eu falo sobre MDS, MTE e SDH, eu não digo que há, necessariamente, uma desarticulação entre eles, mas que falta que algum ente público — e, particularmente, acho que deveria ser o MDS — faça a articulação de tudo o que está acontecendo.

Com relação ao PETI, os dados são mais específicos. Exatamente: com a integração do Bolsa Família a partir de 2005, ele se descharacterizou, perdeu o foco com relação ao trabalho infantil. Muitas das especialistas sobre que falamos dizem que o PETI deixou de acompanhar as crianças em situação de trabalho, deixou de controlar a frequência, a presença em atividade no contraturno.

Agora, o MDS discorda, e é claro que ele vai discordar, até porque ele é o gestor da política. Ele diz que a integração entre o PETI e o Bolsa Família resguardou a especificidade de cada programa, proporcionou sinergia, integrou processos, etc. e tal. Diz que não houve perda de controle, que não houve perda de frequência escolar, que não houve descumprimento, que a rede social funciona.

Eu entendo que o MDS até tenha tentado que isso acontecesse, mas o que vimos na prática é que isso não aconteceu muito. A Isa, nesse sentido, tem bastante razão. Com a chegada do Bolsa Família, mudou o comportamento em muitas cidades.



Eu concordo com a Deputada Luciana Santos com relação à necessidade de municipalizar processos, de que a aplicação e a execução sejam municipais, mas desde que haja um controle federal muito forte. Ora, o que acontece aqui exatamente é que não existe o controle federal. Ou melhor, o controle federal existe, mas é falho, é bastante falho nesse sentido da sinergia. Em tese, funcionaria tudo bem. Mas, na prática, quem fiscaliza isso? A própria Prefeitura, que distribui e que é responsável pelo Bolsa Família. O Cadastro Único é o ator local. Ou seja, ele é, ao mesmo tempo, o ator que distribui e a pessoa que fiscaliza. Aí não funciona, ainda mais em ano em eleição.

Com relação à desaceleração — sobre isso é que eu disse que depende —, de acordo com o Censo de 2010, eram 3,4 milhões de crianças e adolescentes, de 10 a 17 anos, trabalhando. Com relação ao de 2000, a redução foi de 13,4%, mas o problema chegou a aumentar em 1,5% entre crianças de 10 a 13 anos. Isso de acordo com o Censo. Já de acordo com a PNAD, houve redução, inclusive nessa faixa etária menor. A desaceleração que a Isa fala é que, até o momento, a redução continua caindo, mas ela começa a se estabilizar. De acordo o Censo, ela cai, mas se estabiliza; a velocidade de queda é menor. De acordo com algumas leituras das PNADs, houve retorno da aceleração depois da divulgação do Censo de 2010.

É meio complicado. São duas leituras diferentes. Eu gosto de confiar no Censo, porque o Censo é contagem, enquanto a PNAD é amostra — sem demérito dos colegas estatísticos, que vão me tacar um grampeador, dizendo “*confie na amostra*”. E eu confio. Agora, infelizmente, a PNAD é uma amostra de um espaço curto, enquanto o Censo é uma amostra decenal, a cada 10 anos.

Nesse sentido, eu acho que é importante não ler simplesmente as estatísticas, mas confiar nas organizações sociais, nos próprios fiscais, nos conselhos tutelares e em todos os discursos em que todo mundo fala que a redução do trabalho infantil, apesar de o combate a ele ter sido muito forte e o ter reduzido, sofreu uma desaceleração. Muitos dos atores públicos e privados envolvidos diretamente falam em desaceleração. A OIT não fala, mas muitos atores públicos, pessoas que estão no âmbito da execução, e a sociedade civil têm falado sobre a dificuldade de enfrentar determinados casos e, em certos aspectos, até sobre um retorno.



Quando o Centro-Oeste brasileiro aparece nessa última PNAD como região onde cresceu — coisa de 1% ou menos do que isso — o trabalho em determinados estratos de jovens, isso é claramente também um recado no sentido de que, no trabalho infantil, não adianta combatê-lo e achar que isso resolve. É preciso um trabalho constante, é preciso combatê-lo para sempre. Não tem jeito: é preciso sempre combater e fiscalizar, olhar a questão da educação e tudo o mais.

Alguns especialistas têm dito que essa redução na velocidade de queda é devida, até em alguns lugares em crescimento, ao fato de o pessoal ter tirado o pé do acelerador. Em outros lugares, dizem que é por falta de alguém que pegue todos os esforços e os coordene, de forma que todos eles façam sentido e não se sobreponham.

Eu gostaria até que houvesse um censo agora, no meio da década, para que pudéssemos fazer essa medição, mas infelizmente não há.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Dr. Leonardo, nós queremos dizer que apoiamos as declarações feitas tanto pelo Deputado Nilmário como pela Deputada Luciana.

Eu sou nordestina, sou do Rio Grande do Norte, como o senhor sabe, e nós sabemos que o trabalho infantil também tem uma vinculação com a questão do Bolsa Família — que, sem dúvida nenhuma, é um programa revolucionário, mas falta fiscalização, e muitas vezes a criança não vai à escola.

E eu acho, Deputado Nilmário, que quando a criança vem de área rural, área rural próxima à urbana, a família sempre a retém para fazer o trabalho de casa, cuidar dos animais, limpar a roça. Eu acredito que eles ficam assim mais disponíveis para esse tipo de trabalho. Isso reforça a estagnação ou até o acréscimo em algumas áreas.

Nós sentimos muito profundamente essa questão da articulação — como a Deputada Luciana colocou muito bem e o senhor já tinha colocado —, mesmo quando há a sensibilidade do gestor municipal, o que muitas vezes não acontece. Existem pessoas que disputam uma eleição ou vão para uma Prefeitura sem a menor noção dessas questões graves. E quando é numa cidade que realmente fica distante — eu acredito que isso aconteça muito na Região Norte, pois no Nordeste também acontece —, essas pessoas não vislumbram isso como um ponto



importantíssimo para o desenvolvimento daquela cidade. Eles pensam no crescimento, mas não agregam valores, como essa questão de diminuir agora e acabar no futuro, se Deus quiser, com o trabalho infantil. Então, essa articulação eu considero que é de fundamental importância.

Lançar políticas públicas. Eu quero, inclusive, elogiar o Governo Lula e o Governo Dilma que tiveram esse cuidado de lançar políticas públicas que fossem direcionados para esses aspectos da vida da sociedade. Mas, infelizmente, falta essa conexão. O Estado, às vezes, faz uma coisa; o Município faz outra; e o Governo Federal pensa que está fazendo outra. Então, eu considero muito importante essa articulação.

Mas, antes de lhe agradecer, eu quero reforçar o pedido para que o senhor mande esse documento, porque acredito que o senhor deva ter documentos muito ricos em informações. Agradeço e peço desculpas pelo transtorno de o senhor ter que vir para fazer...

O SR. LEONARDO SAKAMOTO - Eu que peço mil desculpas na verdade, porque, quando chegou o convite, eu prontamente falei: “*Vou atender, lógico*”. O único problema é essa questão que eu tenho para resolver em São Paulo, à noite.

Mas eu quero agradecer novamente e me colocar totalmente à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - O.k. Muito obrigada. Vamos, sim, precisar do senhor participando muito ativamente. Quando vier a Brasília, toda quarta-feira, nós estamos neste trabalho.

Então, eu quero agradecer ao senhor mais uma vez. Muito obrigada.

Passo a palavra para a Dra. Iracema Santos do Nascimento, Coordenadora Executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Dra. Iracema, com a palavra.

A SRA. IRACEMA SANTOS DO NASCIMENTO - Boa tarde a todas e a todos os presentes! Em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, eu agradeço à Comissão Parlamentar de Inquérito o convite, na pessoa da Presidenta da Comissão, Deputada Sandra Rosado e da Relatora desta Comissão, Deputada Luciana Santos.

Eu trouxe uma apresentação que tem uma série de dados estatísticos, mas a ideia não é me ater aos dados. Eu sei que esta Comissão tem recebido vários



especialistas e estudiosos do assunto e que os senhores já devem estar acumulando uma série de relatórios — o nosso relatório, também vamos deixar à disposição. Então, a ideia não é me aprofundar nos dados estatísticos, mas tratar um pouco do ciclo vicioso que se estabelece entre exclusão escolar e trabalho infantil no Brasil.

Para falar nesta audiência pública, eu trouxe principalmente dados de um projeto que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que eu represento aqui, desenvolve em parceria com o UNICEF. Eu sei também que o UNICEF esteve recentemente, nesta Comissão, e acredito que deve até ter trazido alguns dados do nosso relatório sobre exclusão escolar no Brasil. Inclusive, eu vou deixar um relatório com a Comissão.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. IRACEMA SANTOS DO NASCIMENTO - Desde 2010, o Escritório do UNICEF no Brasil desenvolve a iniciativa *Out of School Children — Pelas Crianças Fora da Escola* — juntamente conosco, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Apenas para que vocês entendam, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação circula muito, inclusive aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, acompanhando os trabalhos específicos de educação, a Comissão de Educação e Cultura. Desde o final de 2010, temos acompanhado intensamente a tramitação do PNE — Plano Nacional de Educação.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação é uma grande rede, uma grande articulação da sociedade civil que foi lançada, no Brasil, no dia 5 de outubro de 1999. Então, no ano que vem, completaremos 15 anos. O dia 5 de outubro marca o Dia Mundial dos Professores e também o dia em que se comemora a promulgação da Constituição Federal de 1988, a nossa Constituição Cidadã. Depois, os meus colegas Gustavo e Júlia vão distribuir para vocês um folheto explicativo da campanha.

Eu vou relatar um pouco sobre o esforço feito por nós da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do UNICEF, para tratar a questão da exclusão escolar. Aqui no Congresso Nacional, no dia 7 de outubro, nós tivemos uma outra audiência pública, por ocasião da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil. Tivemos a



presença, aqui no Brasil, do Kailash Satyarthi, um indiano que foi indicado ao Nobel da Paz em 2006. Ele aceitou o convite para falar justamente sobre trabalho infantil e educação, em uma audiência pública que nós sugerimos à Comissão de Educação do Senado Federal e que foi convocada pelo Senador Cristovam Buarque. Então, tem aqui alguns registros dessa atividade.

No contexto desse projeto que nós estamos denominando *Fora da Escola Não Pode!*, nós lançamos um relatório em 2010, cuja capa da publicação está aí no eslaide. O relatório, denominado *Todas as Crianças na Escola em 2015*, traz uma análise de quem são as crianças que estão fora da escola no Brasil; de quais são as principais barreiras que fazem com que essas crianças fiquem fora da escola; e das crianças que estão dentro da escola, mas sob risco de evasão.

Esse relatório vai ser entregue aqui, à Presidenta e à Relatora da Comissão, e depois vamos providenciar o envio para todos os membros. Foi um material muito procurado, por isso nós tivemos que mandar fazer uma segunda impressão.

Em maio deste ano de 2013, nós lançamos outra publicação, *Fora da Escola não Pode! O Desafio da Exclusão Escolar*, voltada mais para dirigentes municipais de educação, apontando a que políticas eles podem recorrer para desenvolver e contribuir com o enfrentamento dessa situação. Um pouco na toada do que a Deputada Luciana Santos mencionou, é no Município que nós cidadãos vivemos e é no nível municipal que nós nos relacionamos diretamente. Essa publicação também será entregue aqui.

Eu disse que não vou me ater aos dados, então, quero apenas destacar este gráfico que nós divulgamos em nosso estudo. Ele mostra que, segundo os dados do Censo Populacional de 2010 do IBGE, temos hoje, no Brasil, arredondando, um total de 3 milhões e 850 mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola. É um contingente enorme.

O nosso estudo mostra também que há um contingente similar, também nessa faixa de 3 milhões e 800 mil, dentro da escola, mas sob risco de evasão. Por que sob risco de evasão? Porque estão em situação de atraso escolar, ou seja, matriculados numa série abaixo daquela em que deveriam estar pela sua idade. Isso é um risco de evasão, porque a criança repetente ou atrasada fica desestimulada a permanecer na escola.



Então, a gente poderia falar de 3 milhões e 850 mil fora da escola, muitos dos quais nem sequer chegaram a ingressar na escola, e outros 3 milhões e 800 mil num risco muito próximo de se evadirem.

Nós sabemos, por determinação da Emenda Constitucional 59, que, em 2016, crianças na faixa etária de 4 anos e 5 anos e adolescentes na faixa etária de 15 anos a 17 anos terão agora, a partir de 2016, a obrigatoriedade de frequentar a escola, ou seja, se não estiverem frequentando, tanto o poder público quanto os pais poderão ser responsabilizados. Isso significa a necessidade de um esforço enorme por parte do poder público para garantir esse direito.

Não vou me deter nos dados, como falei, mas gostaria de destacar quem são essas crianças e adolescentes fora da escola no Brasil ou sob risco de evasão. Os dados estatísticos confirmam o que vários estudos já vêm mostrando: os mais atingidos pela exclusão escolar são crianças e adolescentes que moram no campo, em áreas rurais; crianças e adolescentes negros e indígenas; crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, os pobres; crianças e adolescentes que trabalham; crianças e adolescentes sob risco de violência e exploração sexual; e crianças e adolescentes com deficiência. Então, o quadro da exclusão escolar no Brasil repete o quadro de desigualdade social, que atinge, de maneira geral, esses segmentos.

O estudo também mostra um vínculo forte entre renda e trabalho infantil. Quanto mais baixa a renda, maior a exposição ao trabalho infantil, embora o Leonardo Sakamoto tenha mencionado aqui que uma boa parte — se não me engano, ele mencionou 40% — das crianças em situação de trabalho infantil não estão abaixo da linha da pobreza. Mas existe um vínculo forte ainda, pois quanto menor a renda *per capita* da família, maior o percentual de situação de trabalho infantil.

Vou pular alguns eslaides, pois quero destacar principalmente essa situação do campo. O Leonardo Sakamoto mencionou aqui — e vocês, acredito, também já ouviram de outros expositores — que, embora a maior parte das crianças e adolescentes dedicados ao trabalho infantil morem em zonas urbanas, o grande contingente é de dedicação a trabalhos de caráter rural. Aí nós entramos num ponto de cruzamento. Trata-se daquilo que o Leonardo Sakamoto mencionou, um



descompasso entre os avanços dos programas de transferência de renda no campo e os programas de oferta de educação no campo.

Então, falando sobre esse ciclo vicioso entre exclusão escolar e trabalho infantil, é importante dizer que, se, por um lado, o trabalho infantil tira as crianças da escola, por outro, a escola precária expulsa as crianças e coloca como única opção para elas o trabalho infantil.

O que eu quero dizer quando falo de escola precária? É uma escola, em primeiro lugar, não existente muitas vezes. Em muitas áreas rurais, no Brasil, a escola simplesmente não existe — e aí esses dados mostram uma situação alarmante no Brasil, que é o fechamento de escolas no campo. Só em 2 anos, em 2009 e 2010, 3.630 escolas rurais foram fechadas no Brasil. Num período mais longo, de 2002 a 2010, foram fechadas 27.709 escolas no campo. Esses dados são de um estudo do IPEA, de que nós temos as referências. Isso está ligado a um processo acelerado de urbanização no País, mas está ligado também a uma mentalidade de desvalorização dos homens do campo, das famílias do campo, da área rural.

Então, quando a gente fala de escola precária, em primeiro lugar, é a escola não existente; depois, é a escola que existe, mas onde faltam professores, onde falta infraestrutura básica. Na realidade rural — e eu tenho certeza de que tanto a Deputada Luciana quanto a Deputada Sandra e o Deputado Nilmário, aqui presentes, conhecem bem essa situação —, há falta de infraestrutura básica, falta de água encanada, de esgoto. A gente está falando de escolas com baixa condição de trabalho para os professores; escolas com falta de professores; escolas que, muitas vezes, quando têm professores, eles não têm uma formação adequada e também não têm uma remuneração adequada; escolas que não são atendidas pelo transporte escolar.

Segundo um estudo do IPEA com base no Censo Escolar e no Censo Populacional, vejam a precariedade das escolas do campo — não vou me deter nisso, este material vai ficar à disposição. Vejam que 65% dos alunos matriculados em escolas do campo não são atendidos por transporte escolar público. E assim por diante.



Então, esse ciclo vicioso entre trabalho infantil e exclusão escolar se manifesta em condições muito concretas. Um levantamento do MDS sobre o Programa Bolsa Família — um estudo bem interessante que a equipe do Ministério fez e divulgou este ano, acho que faz 2 meses — constatou que a maioria das crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família estuda em escolas precárias. O que significa isso? É a lógica da educação pobre para crianças pobres. É a lógica do *apartheid* social. É a lógica, a mentalidade de que o outro não me diz respeito: “*O outro, que é pobre, não tem problema que ele receba um atendimento público precarizado e pobre de maneira geral, seja na educação, na saúde*”.

Então, a gente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação destaca a importância de que o Plano Nacional de Educação, matéria de suma importância em tramitação no Congresso Nacional, aprove o CAQ, que é o Custo Aluno-Qualidade.

O Custo Aluno-Qualidade inicial é uma formulação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que indica patamares mínimos em termos de custo, de investimento financeiro, que deveriam ser aplicados por aluno, por ano, em cada etapa da educação básica, para que a escola pública brasileira saia desse patamar abaixo da dignidade e passe a assumir um patamar de dignidade mínima. Então, o Custo Aluno-Qualidade é uma formulação que aponta o seguinte: quais são os recursos mínimos para uma creche, uma pré-escola, uma escola de ensino fundamental do ciclo I e do ciclo II, em termos de infraestrutura, equipamento, qualificação dos profissionais, tanto docentes quanto não docentes? Ele faz as contas de quanto custa isso e quanto custa isso por aluno. É isso o que define o CAQ.

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação definiu o CAQ como parâmetro a ser utilizado para o financiamento da educação pública no Brasil, por meio da Resolução nº 8, de maio de 2010. Até hoje essa resolução não foi homologada pelo Ministro da Educação, para que ela ganhe força de implementação.

Então, o investimento na questão da infraestrutura das escolas é muito importante para tirar a escola pública brasileira, que atende a maioria das crianças em situação de trabalho infantil, dessa situação de precariedade.



‘ Aqui tem mais alguns dados, inclusive de um estudo que a Fundação Telefônica realizou, intitulado *Trabalho Infantil e Adolescente – Impacto Econômico e os Desafios para a Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho no Cone Sul*. Eu acredito que vocês já tenham acessado esses dados. É um relatório também importante para ser utilizado por esta Comissão.

O Leonardo falou em intersetorialidade, falou em trabalho coordenado entre níveis municipal, estadual e federal. O estudo que nós da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do UNICEF fizemos mostra que realmente a intersetorialidade é uma das grandes demandas para o enfrentamento da exclusão escolar no Brasil, ou seja, a intersetorialidade entre as várias áreas dos governos e também, como o Leonardo mencionou aqui, o regime de colaboração efetivo entre os vários níveis de Governo. Ele falou assim: “*Falta integração, falta criatividade*”. E eu agregaria aqui: falta criatividade, falta continuidade nas políticas, falta integração.

No nosso projeto Fora da Escola não Pode!, nós promovemos reuniões de um grupo de acompanhamento, para o qual convidamos representantes de órgãos públicos das várias áreas sociais e representantes da sociedade civil, para nos ajudarem a guiar o nosso trabalho, a ver se estamos fazendo corretamente a análise dos dados, se as recomendações para as políticas públicas estão corretas. Numa determinada reunião, tínhamos ali, sentados à mesa, alguns colegas que trabalham em áreas diferentes do Ministério da Educação. Eles disseram que estavam se encontrando pela primeira vez ali, na nossa reunião. Isso é um sinal de que essa chamada intersetorialidade está muito longe de acontecer no nosso Brasil, que realmente ela é um grande desafio, sobre o qual precisamos nos deter para enfrentar essa situação que foi mencionada aqui, de estagnação na redução desses dados.

Se está havendo estagnação na diminuição do trabalho infantil, nós também temos estagnação no número de crianças fora da escola, que formam um enorme contingente populacional. Eu estou lendo uma matéria sobre uma das audiências que esta CPI realizou, que fala em cerca de 2,9 milhões crianças em situação de trabalho infantil.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Três e meio.



A SRA. IRACEMA SANTOS DO NASCIMENTO - Três e meio. Aqui está dizendo que houve uma redução de 500 mil, então, estaríamos nessa faixa de 2,9 milhões. Mas 3,5 milhões, 3,8 milhões fora da escola são contingentes enormes de população que são os nossos intocáveis. Aqueles intocáveis da Índia, nós temos aqui também: são esses outros que são os esquecidos, que são os invisíveis.

Então, eu deixo aqui uma mensagem final que faço questão de ler para vocês, que vem de um grupo de estudantes camponeses da Itália, da década de 60. Eles escreveram uma carta para a professora dele e disseram:

“Aquele que ama as crianças que têm tudo o que precisam é apolítico, não quer mudar nada. (...) Conhecer os filhos dos pobres e interessar-se por política é a mesma coisa, senhora professora. Não se pode amar crianças que são marcadas por leis injustas sem se querer instaurar leis melhores.”

Essa carta foi feita por um grupo de oito jovens camponeses que tinham enfrentado uma escola que repreva, que repete, que retém as crianças sem aprender. Depois que eles frequentaram uma escola alternativa e se descobriram sujeitos de direito, resolveram escrever essa carta à professora. É um trecho que a gente poderia reproduzir aqui no Brasil, não só para muitos professores e escolas, mas para muitos gestores públicos, como as Deputadas mencionaram aqui.

Nós precisamos disso no nosso Brasil, para definitivamente instituirmos a República, que, desde 1889, vimos lutando por instituir de uma vez. Nós precisamos enfrentar uma mentalidade que naturaliza a situação de exclusão escolar, a situação de trabalho infantil, de prostituição infantil, de tráfico de crianças. Essas situações são naturalizadas porque nós não entendemos o direito como o direito do outro, nós entendemos o direito só como uma coisa que vale para nós. Então, tudo aquilo que o Leonardo mencionava — uma criança, um jovem com menos de 16 anos trabalhando, as meninas, 258 mil crianças, se não me engano, de 10 a 17 anos em trabalho infantil doméstico na casa de terceiros — é plenamente aceitável, porque são os filhos dos outros, não são as nossas filhos. O fato de ter 3,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola no Brasil é aceitável, porque eles não são os nossos filhos.

Quando eu estou falando do outro, eu não estou falando do outro aqui, da Deputada Sandra Rosado, da Deputada Luciana Santos, da Iracema Santos do



Nascimento. Eu nasci em família pobre, mas, graças a muitas circunstâncias, fui liberta da situação de precariedade, da linha de pobreza. Mas essas 3,8 milhões de crianças fora da escola e as outras 3,8 milhões em atraso escolar são os filhos dos outros. A gente precisa terminantemente vencer essa mentalidade.

O Leonardo Sakamoto mencionou que 93% da população brasileira está equivocada ao defender a redução da maioridade penal. De fato, está equivocada. Cabe ao poder público, no caso, a escola, a educação, instruir a população inclusive em relação a isso.

Então, deixo aqui esse apelo com a mensagem dos jovens camponeses lá da Itália, para que a gente nunca se esqueça disso, para que a gente nunca se esqueça de que a cada dia, o direito desses 3,8 milhões fora da escola é violado. Principalmente as crianças pequenas de 4 ou 5 anos, que estão em idade de educação infantil, que, no ano que vem, elas vão ter 5 anos ou 6 anos, no ano seguinte, elas vão ter 7 anos ou 8 anos, vão ter violado para sempre o seu direito à educação infantil, porque já vão estar em idade de ensino fundamental.

Então, é preciso muito mais compromisso, muito mais vontade política traduzida em investimento financeiro. Não se faz política educacional, não se atende 3,8 milhões de crianças sem escola, sem prédio, sem equipamento, sem professor, que deve receber salário e formação. E para tudo isso é preciso dinheiro, investimento financeiro. Não existe varinha de condão para que você faça um clique e as escolas se ergam e as crianças sejam atendidas.

Então, deixo aqui essa mensagem. Cumprimento esta Comissão Parlamentar de Inquérito por estar chamando atenção para esse problema de suma importância e sobretudo por convidar atores que estão trabalhando a questão da educação como uma estratégia crucial para o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil.

Obrigada. Estamos também à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Dra. Iracema. Nós queremos agradecer suas palavras, um belo ensinamento, pela inteligência, pela desenvoltura e pelo profundo conhecimento que a senhora mostrou ter.

Eu passo inicialmente a palavra, para as suas considerações, à nossa Relatora Luciana Santos.



A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Eu quero parabenizar a Iracema pela colaboração a esta CPI. Eu acho que essa foi a intenção do conjunto dos Parlamentares desta CPI, que é exatamente observar a visão e a ótica de vários segmentos. Assim, com esse olhar, é possível a gente ir recortando e afunilando, para compreender melhor o cenário.

De fato, uma primeira coisa que me chamou a atenção é a coincidência das crianças estarem no trabalho infantil e fora da escola. Certamente, haverá um cruzamento de números, se não exatamente os mesmos, mas certamente haverá um cruzamento, porque uma das questões essenciais, um vetor principal de inclusão é a criança dentro da escola. Isso, sem dúvida, é um ponto de partida fundamental.

Outra questão que me chamou a atenção — eu não conhecia esse dado — foi a quantidade de escolas fechadas na área rural. É espantoso.

Ao mesmo tempo, eu aproveito para dizer, Iracema, que estou sendo chamada lá na Comissão Geral, porque vou falar em nome da minha bancada. Está tendo uma Comissão Geral sobre a violência contra a mulher, dos 16 dias de ativismo. Estão falando os últimos oradores, e o pessoal está dizendo que, se eu não for agora, vai encerrar.

Mesmo que eu não escute a resposta, aqui fica para o registro para depois eu observar. A pergunta é: essas 27 mil escolas significaram o fechamento de vagas? Pergunto isso porque, às vezes, há um remanejamento, fecha-se escola, mas se abre vaga. Eu queria ter uma precisão maior se esse número se refere a escolas ou a vagas de escolas.

Era isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Deputado Nilmário Miranda.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - A minha pergunta é essa mesma dela, porque também tem esse negócio da nucleação, e certa migração para as cidades ou urbanização levou um grande números de escolas, com cinco, seis, sete, dez alunos, e houve um esforço para a nucleação. Para termos uma informação mais rica, mais nuançada, a gente precisava saber disto: se houve redução de vagas só de escolas. A nucleação é tentar racionalizar.



Segundo, acho que houve também uma mudança, nos últimos anos, no transporte escolar, então é importante atualizar esse dado, porque a nucleação só funciona se tiver transporte escolar. Você vai fechar a escola, que está mais próxima à comunidade, mas para ter... Eu visitei alguns lugares em que está havendo isso. As comunidades estão reclamando, mas as pessoas que estão fazendo nucleação asseguram que, quando for implantada a escola nova, com o transporte, o ganho vai ser maior, porque vai melhorar a qualidade da merenda, do ensino, o acesso a várias atividades paraescolares, mas fundamentais, entende? Também, para a gente ter uma ideia melhor para cobrar as coisas, a gente precisava saber disso um pouco mais. Como o seu dado sobre transporte escolar é de 2009, e esse caminho da escola tem 2, 3 anos, é exatamente o período posterior, quando teria havido uma mudança, já nesse quadro, porque 65% sem transporte escolar é um número elevadíssimo. Seria um número quase que escandaloso, digamos.

Mas acredito que houve uma mudança.

O Leonardo falou uma coisa importante: a gente sabe que o trabalho infantil chegou a um ponto em que agora é mais difícil, e também é um núcleo duro, são os mais difíceis de levar para a escola, por várias razões. Você mesmo disse isso, você começou falando onde estão as pessoas fora da escola. Esse é um dos casos mais difíceis mesmo de enfrentar, e tem que enfrentar. Agora, é preciso ter planos, metas, monitoramento. Plano? O que é plano? São metas a atingir, monitoramento e avaliação. A gente sabe que isso nunca acontece de uma vez, mas é preciso estar num processo de redução permanente, porque aí, você sabe, dois mil e tantos você vai atingir, quase que a plenitude da meta, tanto do trabalho infantil, como para...

Segundo, eu queria só deixar também, para não haver uma ideia errônea, essa coincidência entre fora da escola e trabalho infantil não é também absoluta. Eu moro em Belo Horizonte e, lá, a Prefeitura, que tem um trabalho sistemático da rede, de ampliar e avaliar a rede de proteção social, percebeu que, no trabalho infantil agora, a maioria frequenta escola, a maioria está dentro da rede de proteção e que eles vão às ruas. O prejuízo é enorme, mas para “os de renda”, entre aspas, seria uma espécie de busca por mais qualidade de vida, para uma renda além da renda. Lá inclusive tem bolsa-escola até hoje. Bolsa-escola é muito mais que bolsa-família, é um salário mínimo. Mesmo assim você encontra criança da bolsa-escola nas ruas,



aquelas piruetas, vendendo coisas. Alta vulnerabilidade também. Não reduz, digamos, a perversidade do trabalho infantil. Mas é de outra natureza, mais de pessoas famintas, de pessoas absolutamente sem renda, na miséria, o que torna mais difícil.

Então, a saída seria a escola em tempo integral e não simplesmente frequentar a escola, mas a escola em tempo integral. E aí o peso da cultura, da arte, do lazer, de outras atividades para concorrer com a busca da rua para a complementação de renda, e renda que já existe. Ou seja, já estão nos programas de transferência de renda, mas continuam ou voltaram para as ruas em busca de outras coisas.

Estou só fazendo essa observação, Deputada Sandra, exatamente para não ser induzida — você não falou isso aqui, não, eu estou dizendo que você nem sugeriu —, mas para nos alertar a buscar também uma visão mais nuançada e também atualizar, nos dar essa informação, mesmo que seja posteriormente. A Deputada Luciana pediu para cruzar escolas fechadas e vagas fechadas, para cruzar esse dois componentes.

E, por fim, só fazer uma observação também. Para 93% da população apoiar a redução da maioridade penal, quer dizer que a maioria dos professores e professoras também apoia. Aí que é lamentável mesmo, porque se a mídia é oligopolizada e não contribui, a escola seria o único lugar que poderia transmitir isso aí. Qual o significado, o retrocesso social na redução da maioridade? Mas se os próprios não têm essa visão... Porque, se tivessem, não teríamos 93%. Teríamos 60%, mas nunca 93%. Para 93%, além da mídia, a escola está contribuindo para criar essa ilusão da falsa solução da maioridade penal para melhorar a segurança, na verdade, o que é um enorme retrocesso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Bom, nós queremos agradecer e, na verdade, chamar a atenção para essa questão. Eu também tinha essa mesma dúvida com relação à questão de vagas e escolas fechadas. A questão do transporte escolar, eu vejo com muita tristeza algumas realidades. Como falta articulação, o transporte escolar para o menino do ensino médio que é atendido pelo Estado não pode transportar o menino que faz o primário numa escola-núcleo. Depois de enxugada essa questão das vagas, e ser deslocado para uma escola-



núcleo, o menino do Município não poder usar o transporte do Estado e vice-versa. Eu já assisti, inclusive, a um protesto muito interessante de jovens de uma comunidade mais afastada em que eles fizeram um rebuliço que chegou ao núcleo urbano dos Municípios, exatamente por essa questão.

Outro ponto: os programas que a gente tem que integrar todos eles. E, de repente, a gente está falando do trabalho infantil, mas a gente vê que envolve Ministério da Ação Social, da Assistência, o Ministério da Integração.

Eu, hoje pela manhã, participei de uma parte de uma audiência pública também sobre água na escola e eu tive muita vontade de fazer uma pergunta, mas tive que sair antes e não deu para perguntar. Era quanto à questão da pregação da cisterna na escola para melhorar. Veja bem, no Nordeste, a gente nem tem chuva, nem tem poço. Vai ser de roladeira para botar na cisterna? Então, a gente tem que pensar em água na escola, não é só a cisterna não, porque a cisterna vai rachar. Cisterna sem água racha, vocês sabem, né? Qualquer tipo que seja colocado, principalmente esses que estão colocando agora ultimamente de plástico. Essa é que racha rápido.

Então, se não tem um poço e Deus não mandou chuva, não tem cisterna que melhore a qualidade de vida dos alunos naquela escola. Então, é uma coisa que, na verdade, precisa de uma articulação extraordinária de todos os setores para a gente também abordar a questão do trabalho infantil.

Então, eu quero agradecer à Dra. Iracema, pelas suas palavras.

Nada mais tendo para deliberamos e ouvirmos, vamos encerrar os trabalhos, antes, porém, convocando as Sras. e os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária que se realizará às 14h30min do dia 11 de dezembro em plenário a ser informado oportunamente.

Muito obrigada, Dra. Iracema. E muita obrigada aos que aqui estiveram.